CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Observatório do Master: Caso Dark Horse, WiFi Livre SP e o PCC

Fonte original: Jornal GGN. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Jornal GGN (jornalggn.com.br)
Autor	Redação
Data de publicação	15/09/2026 08:55
URL original	https://jornalggn.com.br/politica/master/observatorio-do-master-caso-dark-horse-wifi-livre-sp-e-o-pcc/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Complexsys, Academia Nacional de Cultura (ANC), Banco Master, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:12
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 23:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Desse total, aproximadamente R$ 10,6 milhões referem-se a notas de empresas como Favela Conectada, Ultra IP, Complexsys e Make One por falta de especificação adequada dos locais ou serviços prestados (082noticias.com). (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Jornal GGN

RESUMO

Panorama Geral da Investigação Investigações conduzidas pela Polícia Federal (no âmbito da Operação Make Up) e pela Polícia Civil de São Paulo apuram possíveis desvios de recursos públicos e esquemas de financiamento cruzado envolvendo o programa municipal WiFi Livre SP e a produção cinematográfica do filme Dark Horse (tvtnews.com.br). O ICB firmou um contrato superior a R$ 100 milhões — posteriormente ampliado — com a Prefeitura de São Paulo para a gestão do programa WiFi Livre SP (Folha de S.Paulo).

Plantão do ChatGPT

1. Panorama Geral da Investigação

Investigações conduzidas pela Polícia Federal (no âmbito da Operação Make Up) e pela Polícia Civil de São Paulo apuram possíveis desvios de recursos públicos e esquemas de financiamento cruzado envolvendo o programa municipal WiFi Livre SP e a produção cinematográfica do filme Dark Horse (tvtnews.com.br).

Decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que retirou o sigilo sobre autos do caso, indica a suspeita de que diversas operações financeiras integrem “um só sistema delitivo”, conectando verbas públicas da Prefeitura de São Paulo a entidades privadas e produtoras (tvtnews.com.br, bol.uol.com.br).

2. O Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Produtora do Filme

No centro das atenções está o Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Ferreira da Gama. O ICB firmou um contrato superior a R$ 100 milhões — posteriormente ampliado — com a Prefeitura de São Paulo para a gestão do programa WiFi Livre SP (Folha de S.Paulo).

Paralelamente, Karina Gama é proprietária da Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme Dark Horse. A proximidade societária e operacional entre a ONG detentora da verba pública e a empresa

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

cinematográfica levantou o alerta dos investigadores quanto ao uso potencial de recursos do contrato municipal para custear despesas do filme (Folha de S.Paulo, O Tempo).

3. A Rota de Alex Leandro Bispo dos Santos e a Favela Conectada

Um dos elos investigados envolve Alex Leandro Bispo dos Santos e a empresa Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. (anteriormente ALBS Consultoria e posteriormente renomeada para Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda.) (tvtnews.com.br):

- Contratação e Valores: A empresa de Alex foi subcontratada pelo ICB pelo valor global de R$ 12 milhões para a instalação de pontos de Wi-Fi em comunidades (revista piauí, CNN Brasil).

- Faturamento Documentado: Há notas fiscais confirmando o repasse efetivo de ao menos R$ 3 milhões pelo ICB para a Favela Conectada em meados de 2025 (incluindo parcelas de R$ 500 mil em 24/06/2025 e 04/07/2025, e R$ 2 milhões em 07/07/2025), além de mais de R$ 2 milhões adicionais mapeados até dezembro de 2025 (CNN Brasil, O Tempo).

- Movimentações Financeiras e Troca Societária: Em fevereiro de 2025, a empresa solicitou ampliação do limite diário de TED para R$ 600 mil, realizando transferências subsequentes para outras prestadoras, como a Ultra IP Tecnologia (Portal Papo Aberto). Em janeiro de 2026, Alex transferiu a sociedade para Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes, alteração investigada pela Polícia Civil sob a hipótese de blindagem patrimonial (tvtnews.com.br).

- Identificação Omitida: Relatórios apontam que, na documentação inicial de prestação de contas entregue ao poder público, o representante da subcontratada constava apenas como “Alex”, sem sobrenome ou qualificação completa (Sintramog).

- Atribuição das Autoridades Policiais: Alex é apontado por órgãos de inteligência e pelo Ministério Público como suposto integrante do PCC (conhecido pelo apelido “Escorpião do PCC”), qualificação citada na decisão do STF. Trata-se de uma atribuição das autoridades policiais e investigativas, não de uma condenação judicial definitiva (UOL Notícias, CNN Brasil).

4. Disputa sobre a Efetiva Prestação dos Serviços e Notas Impugnadas

A execução dos serviços no projeto gera questionamentos judiciais e administrativos:

- Conflito entre Ultra IP e Favela Conectada: A empresa Ultra IP Tecnologia sustenta em juízo ter sido a responsável técnica por operar todos os cerca de 3.200 pontos de Wi-Fi efetivamente instalados, questionando se a Favela Conectada/Urban Connect realizou os serviços faturados. O ICB contesta a versão e atribui parte dos pontos à empresa de Alex (UOL Notícias, Plano Oeste EDC).

- Movimentação da Ultra IP: Relatórios da PF apontam que o ICB repassou R$ 8,55 milhões à Ultra IP em oito operações. A empresa movimentou R$ 31,6 milhões em menos de três meses após abrir conta bancária em julho de 2024 (Folha do Estado da Bahia).

- Questionamentos da Prefeitura: A Prefeitura de São Paulo questionou R$ 13,4 milhões em notas fiscais apresentadas pelo contrato do ICB. Desse total, aproximadamente R$ 10,6 milhões referem-se a notas de empresas como Favela Conectada, Ultra IP, Complexsys e Make One por falta de especificação adequada dos locais ou serviços prestados (082noticias.com).

5. O Desenho do Fluxo Financeiro e os Próximos Passos

A análise documental permite desenhar duas rotas paralelas em apuração:

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

- 1. Rota de Recursos Públicos: Prefeitura de SP → ICB (Karina Gama) → Subcontratadas (Favela/Urban / Ultra IP / ANC) → [Possível pulverização / Go Up] (O Tempo, UOL Notícias)

- 2. Rota do Financiamento Privado: Daniel Vorcaro / Banco Master → Entre/Freixo → Havengate → Produção de Dark Horse (UOL Notícias)

Entre as pistas consideradas promissoras pelos investigadores estão a apuração de R$ 6,17 milhões direcionados à Academia Nacional de Cultura (ANC) — entidade também associada a Karina Gama — e o cruzamento detalhado dos extratos bancários das subcontratadas com os fornecedores da Go Up Entertainment (UOL Notícias).

Conclusão das Provas Atuais: Embora as conexões societárias, contratuais e repasses de verbas públicas para a Favela/Urban e Ultra IP estejam fartamente documentados e integrem formalmente a investigação federal, o rastreamento bancário direto que demonstre a transferência de valores de Alex ou da Favela Conectada diretamente para a Go Up ou para a produção de Dark Horse permanece sob apuração e análise sigilosa das autoridades (bol.uol.com.br).

LEIA TAMBÉM:

Dark Horse | Favela Conectada | Go Up Entertainment | Instituto Conhecer Brasil | Karina Ferreira da Gama | STF | alex leandro bispo dos santos | flávio dino | operação make ua | wi fi livre sp

Fonte original: https://jornalggn.com.br/politica/master/observatorio-do-master-caso-dark-horse-wifi-livre-sp-e-o-pcc/ · Coletado em 29/09/2026 10:12 · Gerado em 27/11/2026 23:47

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.